



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE SIMÃO DIAS DA COMARCA DE SIMÃO DIAS
Av. Presidente Getúlio Vargas, Bairro Centro, Simão Dias/SE, CEP 49480000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202084101015	Distribuição: 25/07/2020
Número Único: 0002083-90.2020.8.25.0074	Competência: 2ª Vara Cível e Criminal de Simão Dias
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita

Dados das Partes

Requerente: MARLY SANTOS DE SOUZA
Endereço: TRAVESSA JOAQUIM NEVES
Complemento: CASA
Bairro: CENTRO
Cidade: SIMAO DIAS - Estado: SE - CEP: 49480000

Requerente: Advogado(a): LUCAS ANJOS DOS SANTOS MATOS 12894/SE
Requerido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20010000



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE SIMÃO DIAS DA COMARCA DE SIMÃO DIAS
Av. Presidente Getúlio Vargas, Bairro Centro, Simão Dias/SE, CEP 49480000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE SIMÃO DIAS DA COMARCA DE SIMÃO DIAS
Av. Presidente Getúlio Vargas, Bairro Centro, Simão Dias/SE, CEP 49480000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202084101015

DATA:

25/07/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202084101015, referente ao protocolo nº 20200725124800344, do dia 25/07/2020, às 12h48min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



ADVOCACIA

AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE SIMÃO DIAS/SE

MARLY SANTOS DE SOUZA, brasileira, viúva, auxiliar de serviços gerais, portadora do RG nº 05.929.622-45 SSP/BA e inscrita no CPF nº 787.595.795-87, residente na Travessa Joaquim Neves, nº 64, Simão Dias/Se, CEP: 49480-000, por seus advogados que esta subscreve, conforme instrumento de mandato em anexo, vem a presença de Vossa excelência propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP. 20031-205; Endereço eletrônico: www.seguradoralider.com.br, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Inicialmente, vem a Requerente solicitar o deferimento da Justiça Gratuita por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios

sem prejuízo de seu próprio sustento, bem como de sua família, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC, e inciso LXXIV do artigo 5º da Carta Magna vigente.

II – DOS FATOS

O filho da suplicante **Emerson Santos De Souza**, faleceu no dia 19 de dezembro de 2019, vítima de atropelamento na cidade de Aracaju, sem deixar filhos, esposa, tampouco bens a inventariar, conforme certidão de óbito em anexo, **sendo a Requerente sua única dependente.**

O Sr. **EMERSON SANTOS DE SOUZA**, ajudante de pedreiro, natural de Salvador/BA, portador do RG nº 12.970.575-62 SSP/BA, trafegava de bicicleta pelo acostamento da Rodovia dos Náufragos (próximo ao posto de saúde Santa Terezinha, Bairro Robalo, Aracaju/Se, na data de 19 de dezembro de 2019, quando fora atropelado por um veículo, marca/modelo Voyage Branco Taxi, condutor desconhecido.

Segundo informações, o veículo estava em alta velocidade, no momento que atingiu a vítima, vindo a falecer no local, uma vez que a morte foi constatada pelos profissionais do SAMU.

Ante o exposto, ante a falta de pagamento, busca a Autora a Justiça para ver sacramentado seu direito sendo pago o valor devido.

II - DO FUNDAMENTO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina

que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Assim o valor da indenização tem previsão no art. 3º da lei nº 6.194/74:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que **houve o acidente de trânsito que vitimou o filho da autora, desta forma**

fazendo jus à parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 3º inciso I da Lei nº 6.194/74.

Ou seja, mediante simples prova do acidente e dos danos decorrente, independentemente da existência de culpa. Quanto aos documentos exigidos, conforme descreve o §1º alínea a do art. 5º da Lei 6.194/74, necessário tão somente à ocorrência policial registrada pelo órgão policial competente, Certidão de óbito e documentação que comprova a qualidade de herdeira da autora, conforme art. 1829, inc. I, do Código Civil.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, laudo pericial cadavérico juntado pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

III – DO PEDIDO

Ante o exposto, requer:

A) os benefícios da justiça gratuita, por ser a requerente juridicamente hipossuficiente nos termos do art. 98 do Código de processo Civil;

b) A citação do requerido, para querendo vir apresentar defesa, sob pena de revelia;

C) Que seja determinado o foro da Comarca da Autora como competente para processar e julgar a presente demanda nos termos da Sumula 540 do STJ;

d) Seja julgada totalmente procedente a ação, com a condenação do requerido ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor determinado por Lei nos moldes do art. 3º, §1º, I da Lei 6.194/74, qual seja **R\$ 13.500,00**;

e) custas processuais pela Ré e honorários de advogado no total de 20% sobre o valor total do débito e demais cominações legais;

f) a não realização de audiência de conciliação, de acordo com as orientações e cuidados sanitários em decorrência da pandemia do COVID-19, além de não optar a autora, conforme art. 319, VII, do CPC.

Protesta pela produção de todas as provas necessárias para comprovação dos fatos.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 13.500,00**

Aracaju – SE, 25 de julho de 2020.

ERCÍLIA MARIA S. MELO

OAB/SE nº. 6824

LUCAS ANJOS DOS MATOS

OAB/SE nº 12.894

PROCURAÇÃO

OUTORGANTES: MARLY SANTOS DE SOUZA, brasileira, solteira, Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do RG n. 05.929.622-45 SSP/BA e CPF 787.595.795-87, com endereço na Rua Jose A. O. Rodrigues, 35, Simão Dias/Se, CEP 49480-000.

OUTORGADOS: ERCÍLIA MARIA SANTOS MELO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SE 6824, email: ercilia.maria@hotmail.com com endereço profissional localizado no Espaço Office Jardins, Rua José Roberto Ribeiro, nº 330, sala 07, Bairro Jardins, Aracaju/SE, CEP: 49000-000 e **LUCAS ANJOS DOS SANTOS MATOS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SE 12.894, e-mail: Lucasanjosadv@hotmail.com, também no mesmo endereço descrito acima.

Pelo presente instrumento particular constituo a procuradora devidamente qualificada, concedendo-lhe poderes de cláusula "ad judicium et extra", para o foro em geral em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou fora deles, defender seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender os interesses da outorgante nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, **PODERES ESPECÍFICOS** para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, reconhecer procedência de pedido, renunciar a direito no qual se funda ação agindo em conjunto ou separadamente, **pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme art. 105 do NCPC15**, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, em especial para representação/defesa dos seus interesses junto ao INSS, e futuras ações cíveis e criminais.

Aracaju, 26 de dezembro de 2019.

MARLY SANTOS DE SOUZA

Marly Santos de Souza

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG

05.929.622-45

DATA DE EXPEDIÇÃO

16-12-2019

NOME

MARLY SANTOS DE SOUZA

FILIAÇÃO

JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA

LAURINDA SANTOS DE SOUZA

NATURALIDADE

SIMÃO DIAS SE

DATA DE NASCIMENTO

19-05-1970

OC ORIGEM

C.CAS. CM SIMÃO DIAS SE DS
2º OFÍCIO LV 4 FL 19 RT 1515

787.595.795-87

ASSINATURA DO(A) DIRETOR(A)

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GREG & SONS

BRASIL
ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO

NÃO PLASTIFICAR



POLEGAR DIREITO



Maily Santa de Souza

ASSINATURA DO TITULAR

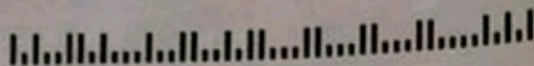
CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREG & SOUS

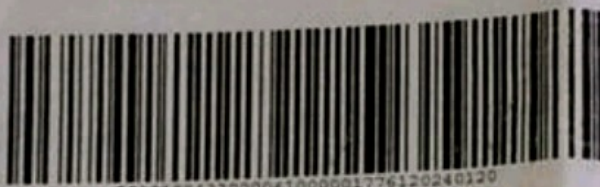


Banese

Card



MARLY SANTOS DE SOUZA
TRAVESSA JOAQUIN NEVES, 64,
CENTRO
49480-000 SIMAO DIAS (SE)



7010192433000041000001776120240120

USO DO CORREIO

- | | | |
|---------------------------------------|---|---|
| <input type="checkbox"/> Faltoso | <input type="checkbox"/> Ausente | <input type="checkbox"/> Int. escrita por terceiros |
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Não Procurado | <input type="checkbox"/> CEP Inválido |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |

Data	Reintegrado ao serviço postal em:
Assinatura	

SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Ser
Rua Gutemberg Chagas, 222 - Inácio
Cep: 49040-780 - Aracaju - SE

O APP TÁ COM TUDO!

NOVAS FUNÇÕES:

- SOLICITAÇÃO DE AUMENTO DE LIMITE;
- ATUALIZAÇÃO CADASTRAL (ENDEREÇO).



BAIXE AGORA

Este é o ícone do seu APP



0321-CONDOMINIO EDIFICIO COSTA DOURADA
CONDOMINIO EDIFICIO COSTA DOURADA Salvador - BA
CNPJ 00.870.197/0001-10

Cadastro 6 Nome do Funcionário
MARLY SANTOS DE SOUZA
Auxiliar de Serviços Gerais

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO DE SALÁRIO

04/2020 Mensal

CBO 514320 Empresa 321 Local 1 Departamento 001.001.01 FL 01

Data Admissão: 01/04/2005

Ev	Descrição	Referência	Proventos	Descontos
17	Diferença de Salário		0,39	
49	Horas Extras 100%	006:00 hs	60,03	
59	DSR S/ Horas Extras	003:00 hs	15,01	
358	Horas Férias Diurnas	220:00 hs	1.100,43	
360	Med. Hrs. Ext. S/ Férias	015:53 hs	79,45	
374	Anuênio S/ Férias	5,00 %	55,02	
386	1/3 Sobre Férias	33,33 %	411,59	
388	Diferença de Férias		1,84	
890	Desconto Adiantamento Férias			1.513,99
1950	INSS	9,00 %		6,95
1952	INSS S/ Férias	9,00 %		132,50

Parabéns ! Feliz Aniversário 19/05

Total 1.723,76 1.653,44

Total Líquido 70,32

Salário Base	Sal Cont INSS	Bas Cálculo FGTS	FGTS Mês	Bas Cálculo IRRF	Faixa	Dep
1.100,54	1.723,76	1.723,76	137,89	1.582,47	0,00	00

Recebi em: / / Assinatura:



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL

DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO A GRUPOS VULNERÁVEIS - ARACAJU - SE

P. 11429/19

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 134546/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 20/12/2019 03:09 Data/Hora Fim: 20/12/2019 03:26

Delegado de Polícia: Rosana de Souza Freitas

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Especial de Delitos de Trânsito

Data/Hora do Fato: 19/12/2019

Local do Fato

Município: Aracaju (SE)

Bairro: Zona De Expansão -

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1208: PRATICAR HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR SEM CNH (ART. 302, § 1º, INC. I DA LEI DOS CRIMES DE TRÂNSITO - CTB)	Não Houve

ENROLADO(S)

Nome Civil: SUELI SANTOS DE SOUZA (COMUNICANTE)

Nome Civil: EMERSON SANTOS DE SOUZA (VÍTIMA)

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Nenhum Objeto Informado

RELATO/HISTÓRICO

QUE, na noite de ontem, por volta das 21:00 horas, a noticiante recebeu uma ligação de que seu sobrinho saiu de um bar montado em sua bicicleta, quando foi atropelado pelo condutor de um veículo não identificado; QUE, segundo as informações, ele morreu no local, em decorrência do acidente; QUE não houve prestação de socorro; QUE não sabe de mais detalhes sobre o fato; QUE o corpo encontra-se no IML aguardando a liberação para sepultamento; QUE a vítima residia na casa da noticiante; QUE a mãe dele reside na cidade de Salvador.

ASSINATURAS

Leandro de Araújo Costa Neto

Escrivão de Polícia

Matrícula 1149638

Responsável pelo Atendimento

Sueli Santos de Souza

Sueli Santos de Souza

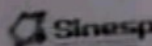
(Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(s) criador(es) responsável(is) pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que tem origem no crime previsto nos Artigos 139 Denúncia Caluniosa e 340-Confissão Falsa do Crime ou de Contribuição do Código Penal Brasileiro."

Delegado de Polícia Civil Rosana de Souza Freitas
Impresso por: Leandro de Araújo Costa Neto
Data de Impressão: 20/12/2019 03:26
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 1

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos





Certifico que a presente cópia e a reprodução fiel do original que me foi apresentado e dou fé.

Selo Digital 201929546025998

Site www.tjse.jus.br/x/FXZ672

Eml: R\$ 2,87 FERD R\$ 0,57 =

Total R\$: 3,44 - 26/12/2019

EUCLIDES SANTOS - Oficial Substituto



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

01-DS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

EMERSON SANTOS DE SOUZA

CPF

058.637.905-39

MATRÍCULA:

109868 01 55 2019 4 00017 048 0007527 64

SEXO

masculino

COR

Parda

ESTADO CIVIL E IDADE

solteiro e 31 anos de idade

NATURALIDADE

Salvador-BA

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

12.970.575-62 - SSP BA

ELEITOR

SIM

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

Filho de JOSÉ JORGE DE SOUZA NETO e MARLY SANTOS DE SOUZA. Residência: Rua José Américo de Oliveira Rodrigues - Belita Valadares, 35 Casa Centro - Simão Dias/SE

DATA E HORA DE FALECIMENTO

Dezenove de dezembro de dois mil dezenove. Hora: 21:00

DIA

19

MÊS

12

ANO

2019

LOCAL DE FALECIMENTO

Zona de Expansão - Aruana - Aracaju/SE em(na) Aracaju/SE

CAUSA DA MORTE

a) HEMORRAGIA INTRACRANIANA, b) Traumatismo Crâneo-Encefálico, c) Politraumatismo, d) Ação Contudente

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO(MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO)

No Cemitério São João Batista, nesta cidade

DECLARANTE

SUELI SANTOS DE SOUZA

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

pelo(a) doutor(a) JACSON LEAL DA COSTA, CRM nº 5541

OBSERVAÇÕES

Profissão: Bar Men. O falecido era eleitor, não deixou bens a inventariar e não deixou testamento conhecido. O falecido não deixou filhos.

Emolumentos Isentos.

2º TABELIONATO DE NOTAS E OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL DE SIMÃO DIAS

Oficial Registrador: MARICARMEN DANTAS DO AMARAL SANTOS

Município/Comarca/UF: Simão Dias/SE

Endereço: Praça Barão de Santa Rosa, nº 48, Centro, Simão Dias/SE, CEP: 49.480-000. Telefone: (079) 3611-1273.

Email: extra.2simaodias@tjse.jus.br

Selo Digital de Fiscalização
Tribunal de Justiça de
Sergipe

2º Ofício da Comarca de
Simão Dias

26/12/2019 08:28

<https://www.tjse.jus.br/x/K9744T>



201929597009459

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé.

Simão Dias/SE, 26 de dezembro de 2019

Ailana Rodrigues de Souza Santos
Ailana Rodrigues de Souza Santos
Escrevente

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Registro Civil e Tabelionato de Notas,
Simão Dias-SE - CNS: 10.986-8
Maricarmen Dantas do Amaral Santos
Tabeliã/Oficial Substituta



INSTITUTO MÉDICO LEGAL
**LAUDO PERICIAL
CÁDAVÉRICO**

EMERSON SANTOS DE SOUZA

LAUDO Nº 11429/2019

ESTE CONFERE COM O ORIGINAL
Em 04/03/2020
193

Intendi Antônio de Almeida
Agente de Polícia
Matrícula: 549.411-SSP/SE



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO MÉDICO LEGAL "DR. AUGUSTO LEITE"

LAUDO DO EXAME CADAVERICO

quinta-feira, 26 de dezembro de 2019
Nº Laudo
11429/2019

Dados Da Vítima		Nascimento	Idade	Naturalidade	
Nome da Vítima		30/11/1988	31	SALVADOR	
EMERSON SANTOS DE SOUZA					
Estado Civil	Sexo	Cor	Profissão	UF	
SOLTEIRO	MASCULINO	PARDA	BAR MAN	BA	
Instrução	Nome da Mãe		Nome do Pai		
2º Grau Completo	MARLY SANTOS DE SOUZA		JOSE JORGE DE SOUZA NETO		
Endereço		Bairro	Município		
R. JOSE A. DE O. RODRIGUES, 35CJ BELITA.V		CENTRO	SIMÃO DIAS/SE		
Nome da Autoridade		Função	Unidade		
BELª ROSA DE SOUZA FREITAS		BELª ROSA DE SOUZA FREITAS	DEDT		
1º Perito Relator	Cremese/Crose	2º Perito Relator	Cremese/Crose		
DR. JACSON LEAL DA COSTA	5541		AMDO-Nº LAUDO 11429/2019		
Local da Perícia	Tipo	Causa			
Sala de Necrópsias do IML					

Historico/Descrição

Historico

O corpo deu entrada neste Instituto às 01h17 do dia 20 de dezembro de 2019. Das informações obtidas, consta ter sido vítima de acidente de trânsito (colisão bicicleta x automóvel), fato e óbito ocorridos em via pública nesta cidade.

Exame Externo

a) Vestes: (tipo, estado, manchas, perfurações, etc)

Camisa branca, bermuda xadrez e cueca azul.

b) Característica de identificação (sexo, cabelo, estatura, complexão física, condições dentária, sinais particulares, idade aparente)

Cadáver do sexo masculino, cor parda, cabelo pretos curtos, dentes próprios, aparentando 32 anos.

c) Dados Tanatológicos (Livores hipostáticos, manchas verde, turgescência, etc)

Sinais abióticos característicos.

d) Lesões (descrição minuciosa das lesões externas encontradas utilizando-se esquema)

Fratura de ossos malar e mandibular e ossos próprios do nariz; várias escoriações localizadas nas regiões: face, frontal, tórax direito, pescoço, antebraços, braços e membros.

Exame Interno/Complementares

a) Cavidade craniana

Sangue em cavidade.

b) Pescoço

Ausência de lesões de natureza médico-legal.

ESTE CONFERE COM O ORIGINAL
Em 04/12/2019
[Assinatura]

Agente de Polícia
Contratado pelo IML



- c) Membros
Ausência de lesões de natureza médico-legal.
- d) Cavidade torácica
Pulmões escurecidos encharcados com presença de secreção serosanguinolenta bolhosa.
- e) Cavidade Abdominal
Ausência de lesões de natureza médico-legal.

a) Anátomo - Patológico

XXXXXX

b) Quais revelaram

XXXXXX

c) Toxicológico

Colhidos sangue + humor vítreo.

d) Deu como resultado

Foi detectado álcool etílico com concentração de 33,0 dg/L (trinta e três decigramas por litro de sangue).

e) Outros

» Este Laudo acompanha dois esquemas de lesões.

Comentário Médico\Conclusão\Quesitos Respostas

Comentário Médico - Forense

Os achados são compatíveis com a história hospitalar e as lesões descritas, foram produzidas por ação contundente. O óbito foi devido a trauma em cavidade craniana levando a hemorragia intracraniana.

Conclusão

Que a vítima tendo como causa *mortis*: hemorragia intracraniana; traumatismo cranioencefálico politraumatismo; ação contundente.

Quesitos/respostas:

1º) Houve morte?

Sim.

2º) Qual a causa?

Hemorragia intracraniana.

3º) Qual instrumento ou meio que produziu?

Contundente.

4º) Foi produzida por meio de veneno, fogo, foco explosivo, asfixia ou meio insidioso ou cruel?

Não.

Este documento foi expedido via eletrônica (expresso), nos termos da legislação vigente. Confere com o original em arquivo digital, disponível no banco de dados do Instituto Médico Legal. Deverá conter o carimbo da unidade policial responsável pela impressão

DR. JACSON LEAL DA COSTA
5541

Jacson Leal da Costa
Perito Médico Legal
CRM-SE 5541

AMDO-Nº LAUDO 11429/2019

ESTE CONFERE COM O ORIGINAL
Em 04/03/2020
Rafael

Marcelo Rodrigues Beneditino
Agente de Polícia
Assessoria: 540 411 5541



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO MÉDICO LEGAL "DR. AUGUSTO LEITE"



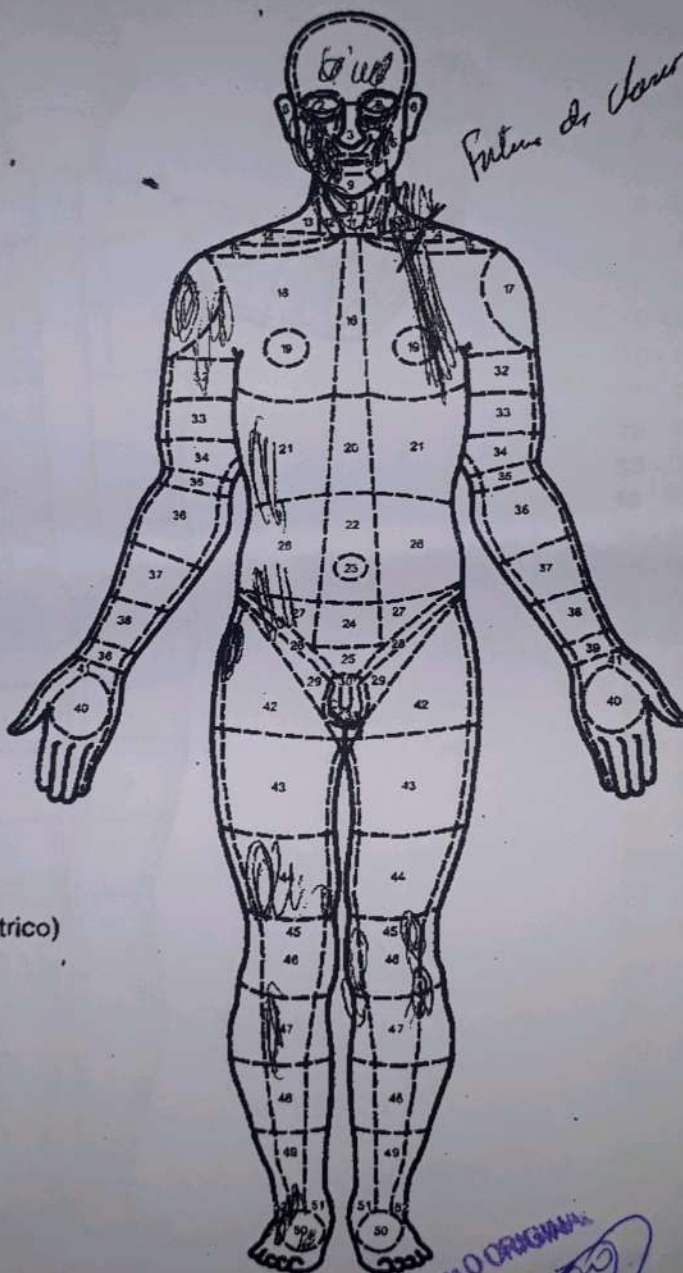
ESQUEMA DAS LESÕES LOCALIZADAS NA FACE ANTERIOR DO CORPO

NOME

LAUDO Nº

REGIÕES:

- 1 - Frontal
- 2 - Orbitária
- 3 - Nasal
- 4 - Malares
- 5 - Masseterinas
- 6 - Auriculares
- 7 - Bucinadbras
- 8 - Labial
- 9 - Mentoniana
- 10 - Suprahioidéa
- 11 - Infrahioidéa
- 12 - Carotidianas
- 13 - Supraclaviculares
- 14 - Claviculares
- 15 - Infravculares
- 16 - Esternal
- 17 - Deltoidiana
- 18 - Torácicas
- 19 - Mamárias
- 20 - Epigástrica
- 21 - Hipocôndrios
- 22 - Abdominal (Mesogástrico)
- 23 - Umbilical
- 24 - Hipogástrica
- 25 - Pubiana
- 26 - Flancos
- 27 - Fossas Ilíacas
- 28 - Inguinais
- 29 - Crurais
- 30 - Peniana
- 31 - Escrotal



- 32 - Terços Superiores dos Braços
- 33 - Terços Médios dos Braços
- 34 - Terços Inferiores dos Braços
- 35 - Dobra Anteriores dos Cotovelos
- 36 - Terços Superiores dos Antebraços
- 37 - Terços Médios dos Antebraços
- 38 - Terços Inferiores dos Antebraços
- 39 - Punhos
- 40 - Côncavos das mãos
- 41 - Faces Palmares das Mãos
- 42 - Terços Superiores das Coxas
- 43 - Terços Médios das Coxas
- 44 - Terços Inferiores das Coxas
- 45 - Anteriores dos Joelhos
- 46 - Rotulianas
- 47 - Terços Superiores das Pernas
- 48 - Terços Médios das Pernas
- 49 - Terços Inferiores das Pernas
- 50 - Dorsal dos Pés
- 51 - Maleolares Internas
- 52 - Maleolares Externos

FIGURA

PERITO

PERITO



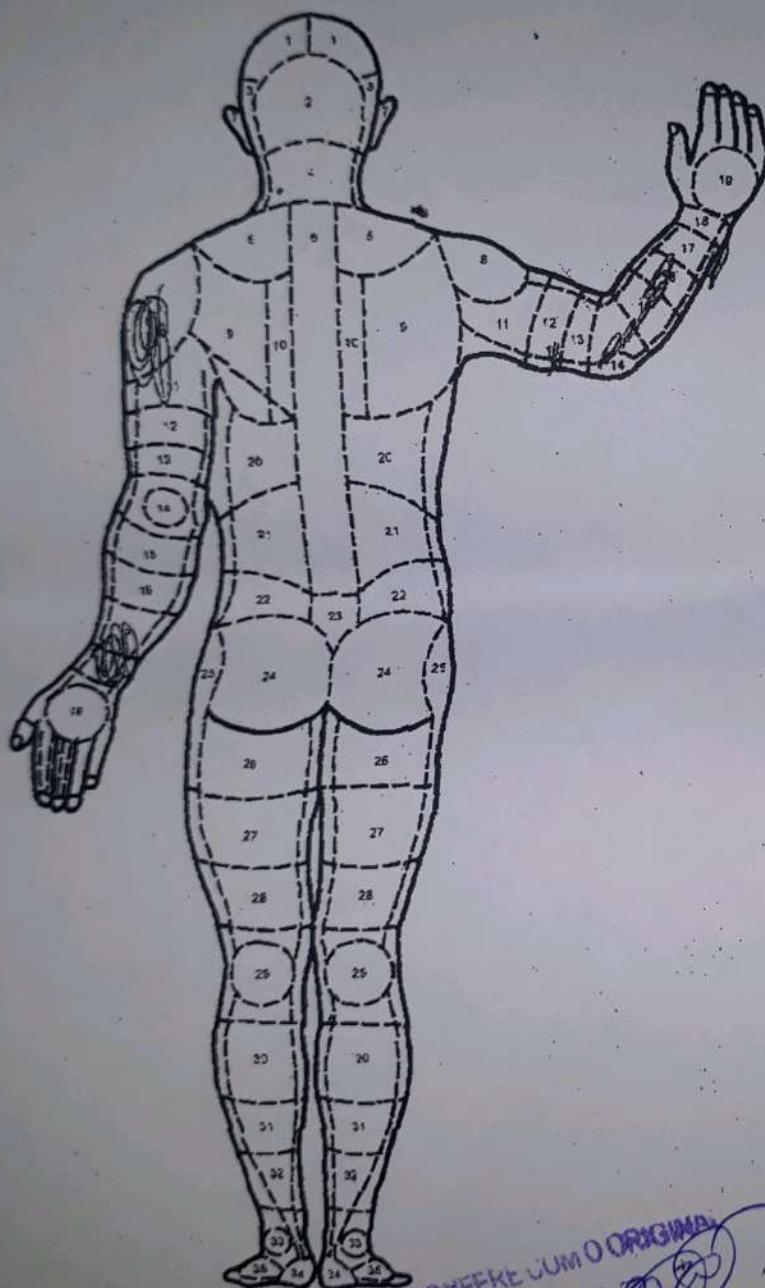
GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO MÉDICO LEGAL "DR. AUGUSTO LEITE"



ESQUEMA DAS LESÕES LOCALIZADAS NA FACE POSTERIOR DO CORPO

NOME

LAUDO Nº



REGIÕES:

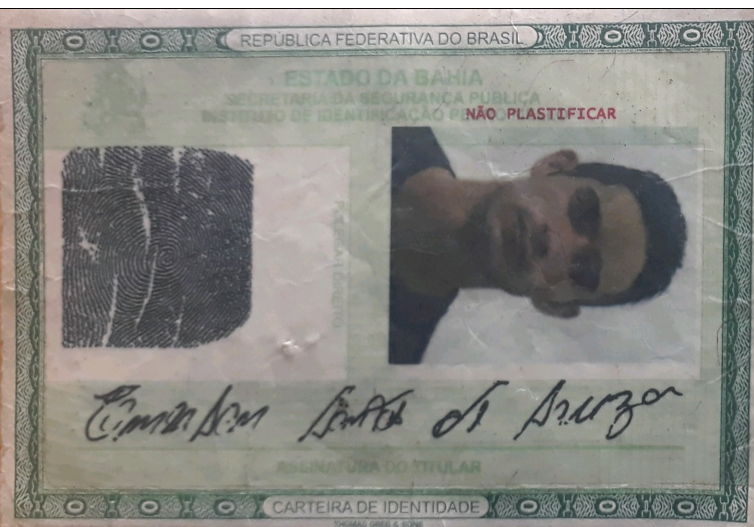
- 1 - Parietais
- 2 - Occipital
- 3 - Temporais
- 4 - Nuca
- 5 - Supra-escapulares
- 6 - Coluna Vertebral
- 7 - Auriculares
- 8 - Deltoidianas
- 9 - Escapulares
- 10 - Goteiras Costovertebrais
- 11 - Terço Superior do Braço
- 12 - Terço Médio do Braço
- 13 - Terço Inferior do Braço
- 14 - Cotovelos
- 15 - Terço Superior do Antebraço
- 16 - Terço Médio do Antebraço
- 17 - Terço Inferior do Antebraço
- 18 - Punhos
- 19 - Dorso das Mãos
- 20 - Infra-Escapulares
- 21 - Lombares
- 22 - Ilíacas
- 23 - Sacra
- 24 - Glúteas
- 25 - Quadris
- 26 - Terço Superior da Coxa
- 27 - Terço Médio da Coxa
- 28 - Terço Inferior da Coxa
- 29 - Poplitéas
- 30 - Terço Superior da Perna
- 31 - Terço Médio da Perna
- 32 - Terço Inferior da Perna
- 33 - Maleolar Externa
- 34 - Calcâneos
- 35 - Dorso dos Pés

ESTE CONFERE COM O ORIGINAL
Em 04/10/31

FIGURA

PERITO

PERITO



Ciclista morre atropelado por carro na Zona de Expansão de Aracaju

Condutor do veículo fugiu e Polícia Civil deve investigar a ocorrência

Cotidiano | Por F5 News 20/12/2019 09h37 - Atualizado em 20/12/2019 15h55



Foto: reprodução/redes sociais

O ciclista Emerson Santos de Souza, de 31 anos, morreu na noite desta quinta-feira (19) após ser atropelado por um veículo na Zona de Expansão de Aracaju. O acidente ocorreu no bairro Aruana, na rodovia dos Náufragos, quando a vítima foi atingida por um carro de passeio.

Segundo informações de testemunhas, o condutor do veículo fugiu sem prestar socorro, em direção ao Mosqueiro. Por meio de

áudio divulgado nas redes sociais, populares informaram que teria sido um táxi modelo Voyage branco.

Equipes da Companhia de Policiamento em Trânsito (CPTran) e outra do Batalhão de Policiamento Turístico (Bptur) foram acionadas. Segundo o capitão Adelman Silveira, do CPTran, quando as viaturas chegaram ao local o condutor havia fugido.

O Instituto Médico Legal (IML) foi acionado para recolher o corpo da vítima.

O caso deve ser investigado pela Polícia Civil.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE SIMÃO DIAS DA COMARCA DE SIMÃO DIAS
Av. Presidente Getúlio Vargas, Bairro Centro, Simão Dias/SE, CEP 49480000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202084101015

DATA:

26/07/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000365}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE SIMÃO DIAS DA COMARCA DE SIMÃO DIAS
Av. Presidente Getúlio Vargas, Bairro Centro, Simão Dias/SE, CEP 49480000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202084101015

DATA:

30/07/2020

MOVIMENTO:

Decisão

DESCRIÇÃO:

R. Hoje, A Resolução nº 313/2020 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que instituiu o regime de Plantão Extraordinário, determinou a suspensão do trabalho presencial no âmbito do Poder Judiciário Nacional (art. 2º), bem assim a suspensão dos prazos processuais até o dia 30 de abril de 2020 (art. 5º). No último dia 20 de abril, contudo, o CNJ editou a Resolução nº 314/2020, com vigência a partir de 1º de maio de 2020, determinando a retomada dos prazos processuais a partir do dia 04 de maio de 2020, mantendo, porém, a vedação de designação de atos presenciais (art. 3º), vedação essa que possivelmente persistirá por prazo indeterminado, diante das informações prestadas pelas autoridades sanitárias de que ainda está por vir a fase mais aguda da doença e que o país enfrentará uma escalada da COVID-19 nos próximos meses. Eventual sobrestamento deste feito por prazo indefinido, a espera do retorno das atividades presenciais que autorizaria a realização da audiência inaugural de conciliação prevista no art. 334 do Código de Processo Civil - CPC, representaria violação ao princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CRFB/88), na medida em que implicaria negativa de acesso das partes ao Poder Judiciário por lhes obstar a efetiva fruição da prestação jurisdicional. Desse modo, diante da retomada dos prazos processuais a partir do dia 04 de maio de 2020 e da manutenção da vedação de designação de atos presenciais pela Resolução nº 314/2020 do CNJ, fato que impede a inicial designação de audiência de conciliação nestes autos, mas objetivando prestigiar os princípios da celeridade e da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, CRFB/88), e considerando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e não se trata de hipótese de improcedência liminar do(s) pedido(s), afasto a sessão inaugural de conciliação prevista no art. 334 do CPC e determino, de logo, a CITAÇÃO da parte requerida, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar defesa, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que também poderá apresentar proposta de conciliação e deverá informar se pretende produzir prova em audiência de instrução, entendendo-se eventual silêncio como desinteresse na produção de prova oral. Apresentada contestação e/ou proposta de acordo, ou decorrendo o prazo de defesa sem manifestação da parte reclamada, intime-se a parte requerente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, prazo no qual também deverá informar se pretende produzir prova em audiência de instrução, entendendo-se eventual silêncio como desinteresse na produção de prova oral. Após o decurso do prazo para manifestação da parte reclamante/requerente, voltem conclusos os autos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível e Criminal de Simão Dias**

Nº Processo 202084101015 - Número Único: 0002083-90.2020.8.25.0074

Autor: MARLY SANTOS DE SOUZA

Réu: SEGURADORA LÍDER

Movimento: Decisão >> Outras Decisões

R. Hoje,

A Resolução nº 313/2020 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que instituiu o regime de Plantão Extraordinário, determinou a suspensão do trabalho presencial no âmbito do Poder Judiciário Nacional (art. 2º), bem assim a suspensão dos prazos processuais até o dia 30 de abril de 2020 (art. 5º).

No último dia 20 de abril, contudo, o CNJ editou a Resolução nº 314/2020, com vigência a partir de 1º de maio de 2020, determinando a retomada dos prazos processuais a partir do dia 04 de maio de 2020, mantendo, porém, a **vedação de designação de atos presenciais** (art. 3º), vedação essa que possivelmente persistirá por prazo indeterminado, diante das informações prestadas pelas autoridades sanitárias de que ainda está por vir a fase mais aguda da doença e que o país enfrentará uma escalada da COVID-19 nos próximos meses.

Eventual sobrestamento deste feito por prazo indefinido, a espera do retorno das atividades presenciais que autorizaria a realização da audiência inaugural de conciliação prevista no art. 334 do Código de Processo Civil - CPC, representaria violação ao princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CRFB/88), na medida em que implicaria negativa de acesso das partes ao Poder Judiciário por lhes obstar a efetiva fruição da prestação jurisdicional.

Desse modo, diante da retomada dos prazos processuais a partir do dia 04 de maio de 2020 e da manutenção da vedação de designação de atos presenciais pela Resolução nº 314/2020 do CNJ, fato que impede a inicial designação de audiência de conciliação nestes autos, mas objetivando prestigiar os princípios da celeridade e da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, CRFB/88), e considerando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e não se trata de hipótese de improcedência liminar do(s) pedido(s), afasto a sessão inaugural de conciliação prevista no art. 334 do CPC e **determino, de logo, a CITAÇÃO da parte requerida**, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar defesa, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que também poderá apresentar proposta de conciliação e deverá informar se pretende produzir prova em audiência de instrução, entendendo-se eventual silêncio como desinteresse na produção de prova oral.

Apresentada contestação e/ou proposta de acordo, ou decorrendo o prazo de defesa sem manifestação da parte reclamada, **intime-se a parte requerente** para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, prazo no qual também deverá informar se pretende produzir prova em audiência de instrução, entendendo-se eventual silêncio como desinteresse na produção de prova oral.

Após o decurso do prazo para manifestação da parte reclamante/requerente, voltem conclusos os autos.



Documento assinado eletronicamente por **SIDNEY SILVA DE ALMEIDA, Juiz(a) de 2ª Vara Cível e Criminal de Simão Dias**, em 30/07/2020, às 12:56:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001366975-32**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE SIMÃO DIAS DA COMARCA DE SIMÃO DIAS
Av. Presidente Getúlio Vargas, Bairro Centro, Simão Dias/SE, CEP 49480000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202084101015

DATA:

30/07/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Expedi mandado de citação nos termos de decisão retro. Aguarda-se manifestação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE SIMÃO DIAS DA COMARCA DE SIMÃO DIAS
Av. Presidente Getúlio Vargas, Bairro Centro, Simão Dias/SE, CEP 49480000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202084101015

DATA:

30/07/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202084102957 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA
[TM4205,MD2372]

 {Destinatário(a): SEGURADORA LÍDER}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
2ª Vara Cível e Criminal de Simão Dias
Rodovia Lourival Batista, SE 240, Nº 2398
Bairro - Centro Cidade - Simão Dias
Cep - 49480-000 Telefone - (79)3611-1272

Normal



202084102957

PROCESSO: 202084101015 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0002083-90.2020.8.25.0074
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: MARLY SANTOS DE SOUZA
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

Finalidade: Responder em 15 (quinze) dias.

Despacho: R. Hoje, A Resolução nº 313/2020 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que instituiu o regime de Plantão Extraordinário, determinou a suspensão do trabalho presencial no âmbito do Poder Judiciário Nacional (art. 2º), bem assim a suspensão dos prazos processuais até o dia 30 de abril de 2020 (art. 5º). No último dia 20 de abril, contudo, o CNJ editou a Resolução nº 314/2020, com vigência a partir de 1º de maio de 2020, determinando a retomada dos prazos processuais a partir do dia 04 de maio de 2020, mantendo, porém, a vedação de designação de atos presenciais (art. 3º), vedação essa que possivelmente persistirá por prazo indeterminado, diante das informações prestadas pelas autoridades sanitárias de que ainda está por vir a fase mais aguda da doença e que o país enfrentará uma escalada da COVID-19 nos próximos meses. Eventual sobrestamento deste feito por prazo indefinido, a espera do retorno das atividades presenciais que autorizaria a realização da audiência inaugural de conciliação prevista no art. 334 do Código de Processo Civil - CPC, representaria violação ao princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CRFB/88), na medida em que implicaria negativa de acesso das partes ao Poder Judiciário por lhes obstar a efetiva fruição da prestação jurisdicional. Desse modo, diante da retomada dos prazos processuais a partir do dia 04 de maio de 2020 e da manutenção da vedação de designação de atos presenciais pela Resolução nº 314/2020 do CNJ, fato que impede a inicial designação de audiência de conciliação nestes autos, mas objetivando prestigiar os princípios da celeridade e da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, CRFB/88), e considerando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e não se trata de hipótese de improcedência liminar do(s) pedido(s), afasto a sessão inaugural de conciliação prevista no art. 334 do CPC e determino, de logo, a CITAÇÃO da parte requerida, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar defesa, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que também poderá apresentar proposta de conciliação e deverá informar se pretende produzir prova em audiência de instrução, entendendo-se eventual silêncio como desinteresse na produção de prova oral. Apresentada contestação e/ou proposta de acordo, ou decorrendo o prazo de defesa sem manifestação da parte reclamada, intime-se a parte requerente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, prazo no qual também deverá informar se pretende produzir prova em audiência de instrução, entendendo-se eventual silêncio como desinteresse na produção de prova oral. Após o decurso do prazo para manifestação da parte reclamante/requerente, voltem conclusos os autos.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEGURADORA LÍDER
Residência : Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74
Bairro : CENTRO
Cep : 20010000
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **JORGE DOS ANJOS JUNIOR, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 2ª Vara Cível e Criminal de Simão Dias**, em **30/07/2020, às 19:16:12**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001370948-89**.